



COMITÊ DA REGIÃO HIDROGRÁFICA DA BAÍA DE GUANABARA E DOS SISTEMAS LAGUNARES DE MARICÁ E JACAREPAGUÁ – CBH-BG

1 ATA DA 3ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO COMITE DE BACIA
2 HIDROGRÁFICA BAÍA DE GUANABARA-CBH-BG- REALIZADA NO DIA 10 DE JUNHO
3 DE 2014. **Gravação disponível.** Ao décimo dia do mês de junho de 2014, com início às
4 15h30min, e término às 16h40min foi instalada a 3ª Reunião Extraordinária do CBH-BG no
5 auditório da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, localizada à Rua Leopoldo
6 Bulhões, 1480, Manguinhos, Rio de Janeiro, RJ, com a seguinte pauta: **1. Aprovação da**
7 **minuta da ata da 1ª R.E., de 09 de janeiro de 2014, já enviada em fevereiro de 2014; 2.**
8 **A posse dos novos membros do Subcomitê Oeste; 3. Apresentação do Ministério**
9 **Público Estadual sobre a Baía de Guanabara sobre: 3a. Avaliação ambiental Integrada**
10 **(AAI) das dragagens e descartes oceânicos (“bota-fora F”); discussão sobre aspectos**
11 **do processo judicial (ação civil pública); discussão sobre a conclusão da AAI – e em**
12 **conformidade ao artigo nº 53, da Lei 3239/1999; a contribuição do CBH-BG à**
13 **construção de um Pacto objetivando possível entendimento comum acerca dos**
14 **desdobramentos do caso; 3b. Discussão sobre os impactos cumulativos e sinérgicos**
15 **dos terminais portuários (construção e ampliação) no interior da Baía de Guanabara;**
16 **debate sobre os impactos ambientais no espelho d’água, na hidrodinâmica, na**
17 **qualidade da água, na pesca, na comunidade bentônica/ictiofauna, tráfego marítimo**
18 **etc.** O Diretor-Secretário, Sr. Alexandre Braga, deu por aberta a 3ª. RE do CBH-BG e
19 parabenizou a presença de membros do SC Oeste, reconheceu a deficiência na
20 representação dos municípios, mas parabenizou o trabalho realizado pelo Sr. Leandro Vidal
21 (Prefeitura Municipal de Magé), Coordenador do SC Oeste, de integrar as Prefeituras ao
22 CBH-BG, já estando presentes as PMs de Magé, Rio de Janeiro, Nova Iguaçu e Caxias. O
23 Sr. Leandro Vidal foi convidado a participar da mesa. O Diretor-Secretário registrou as
24 ausências justificadas do Sr. José Sertã (ABES-RJ) e do Diretor-Geral, Sr. Jaime Azulay.
25 Após isso, submeteu ao plenário a aprovação da ordem do dia. Aprovada. Agradeceu a
26 presença dos Coordenadores dos SCs LRF e de Itaipu-Piratininga em prestigiar a posse dos
27 membros do SC Oeste. **1. Aprovação da minuta da ata da 1ª R.E; de 09 de janeiro de**
28 **2014, já enviada em fevereiro de 2014.** A ata foi considerada aprovada. **2. A posse dos**
29 **novos membros do Subcomitê Oeste;** O Sr. Leandro Vidal informou que a eleição do SC
30 Oeste foi adiada devido à falta de quórum e de adesão do Poder Público e da Sociedade
31 Civil, porém, ao fim, houve uma boa adesão. Informou as entidades-membros eleitas no
32 processo eleitoral do SC Oeste: Cedae, Firjan, Archroma e Omar (todos titulares) no
33 segmento usuário. Rede CCAP (titular), Verdejar (suplente), Bicuda Ecológica (titular),
34 Greenbelt (suplente), Ceasm (titular), IBDA (suplente), Ecocidade (titular), Apedema



COMITÊ DA REGIÃO HIDROGRÁFICA DA BAIÁ DE GUANABARA E DOS SISTEMAS LAGUNARES DE MARICÁ E JACAREPAGUÁ – CBH-BG

35 (suplente), Acampar (titular), Adefimpa (suplente), Fnttaa (titular), IPPP (suplente), Trama
36 Ecológica (titular), Profec (suplente), Ufrj (titular) e Ibrasa (suplente) no segmento sociedade
37 civil. Fiocruz (titular), Inea (titular), Fiperj (titular), Prefeitura de Magé (titular), Prefeitura Nova
38 Iguaçu (titular), Prefeitura de Duque de Caxias (titular), Prefeitura do Rio de Janeiro (titular),
39 e Prefeitura de Mesquita (titular) no segmento Poder Público. Posteriormente em uma
40 reunião plenária serão escolhidos os Coordenadores. O Diretor-Secretário agradeceu em
41 nome da Diretoria do CBH-BG a presença da Cedae, da Firjan e da Archroma e pediu aos
42 membros que tragam outras entidades para fortalecer ainda mais o SC Oeste. A seguir,
43 convidou o MPRJ para sentar-se à mesa. **3. Apresentação do Ministério Público Estadual**
44 **sobre a Baía de Guanabara sobre:** Com a palavra, o Sr. José Alexandre Maximino Mota
45 (Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro- GAEMA) agradeceu ao convite e informou
46 que solicitou a inclusão em pauta dos itens que abordará por considerar serem assuntos de
47 total pertinência temática, e até mesmo político-institucional. Salientou que as duas vezes
48 em que o MPRJ se fez presente no CBH-BG foram muito produtivas: o caso do “bota-fora
49 F”/AAI, que contribuiu para o MPRJ ajuizar uma ação civil pública, e a transposição da bacia
50 contribuinte do rio Paraíba do Sul, no qual o MPRJ municiou o MPF com as Notas Técnicas
51 do Inea e da ONS que recebeu do CBH-BG. **3a. Avaliação Ambiental Integrada (AAI) das**
52 **dragagens e descartes oceânicos (“bota-fora F”); discussão sobre aspectos do**
53 **processo judicial (ação civil pública); discussão sobre a conclusão da AAI – e em**
54 **conformidade ao artigo nº 53, da Lei 3239/1999; a contribuição do CBH-BG à**
55 **construção de um Pacto objetivando possível entendimento comum acerca dos**
56 **desdobramentos do caso.** O Promotor explicou que a ação civil pública foi ajuizada no
57 início do ano de 2014, questionando alguns “vícios” no sentido de omissões e incompletudes
58 na Avaliação Ambiental Integrada (AAI). Algumas etapas foram reconhecidas pelo INEA e
59 pela SEA como não cumpridas, porém, os descartes continuavam no ponto do bota-fora
60 oceânico “F”. Não havendo consenso, a ação civil pública foi ajuizada, o Poder Judiciário
61 acolheu o pedido antecipatório e concedeu a liminar, proibindo os descartes até que a AAI
62 fosse concluída. A liminar ficou um mês em vigor, contudo, o Governo do Estado do RJ e o
63 INEA recorreram e conseguiram o efeito suspensivo. A proposta do Sr. José Alexandre M.
64 Motta é que se busque uma solução consensual junto aos especialistas - onde se confirme a
65 conclusão da AAI, que era para ter sido concluída em agosto de 2013 –; sendo o objetivo
66 chegar tecnicamente a um ponto de descarte que agrade tanto aos pescadores, quanto aos
67 empresários e, principalmente, que do ponto de vista ambiental, seja o melhor ponto e tenha
68 todos os impactos estudados. Sua intenção é informar o CBH-BG sobre os desdobramentos



COMITÊ DA REGIÃO HIDROGRÁFICA DA BAIÁ DE GUANABARA E DOS SISTEMAS LAGUNARES DE MARICÁ E JACAREPAGUÁ – CBH-BG

69 da ação e que se introduza nas discussões junto ao Inea a necessidade de uma conciliação
70 de interesses. Por isso, ele esperava que houvesse alguém do Inea na reunião para dialogar
71 sobre o assunto. Sobre o **item 3b. Discussão sobre os impactos cumulativos e**
72 **sinérgicos dos terminais portuários (construção e ampliação) no interior da Baía de**
73 **Guanabara; debate sobre os impactos ambientais no espelho d'água, na**
74 **hidrodinâmica, na qualidade da água, na pesca, na comunidade bentônica/ictiofauna,**
75 **tráfego marítimo etc..** O Promotor do MPRJ informou que há alguns inquéritos tramitando
76 no MPRJ sobre os vários terminais portuários existentes, e o impacto deles no espelho
77 d'água da Baía de Guanabara em relação à ictiofauna. Informou que esteve recentemente
78 em reunião no Inea com o Sr. Hackmaier e outros que entenderam ser relevante ter uma
79 AAI desta atividade portuária e o monitoramento dos impactos sobre o ecossistema como
80 um todo. O objetivo do MPRJ é que o governo do Estado apresente um planejamento de
81 atividades ambientais e econômicas na Baía de Guanabara, incluindo a questão da
82 ampliação da atividade portuária com diagnóstico e monitoramento dos impactos. Frisou que
83 o MPRJ se apresenta como parceiro para isso. O Diretor-Secretário solicitou um aparte para
84 informar que comunicou ao Secretário de Estado do Ambiente sobre esta linha de ação e o
85 mesmo demonstrou entusiasmo considerando o CBH-BG como um *locus* adequado para
86 ampliar o diálogo com diversos atores envolvidos. Foi dada palavra à plenária. A Sra.
87 Gláucia Freitas (Inea) frisou que a reunião poderia ter sido mais produtiva se ela, na
88 qualidade de representante do Inea e Diretora do CBH-BG, tivesse recebido a informação
89 em maior tempo que 24 horas. Informou que a pauta da reunião foi liberada pelo Diretor-
90 Secretário somente na noite anterior à reunião. Comunicou que consultou a tempo o
91 responsável do Inea pelo monitoramento, que a informou que a dragagem está suspensa
92 até que os estudos estejam concluídos, apesar da liminar obtida pelo Inea a seu favor.
93 Solicitou que sua intervenção seja registrada como um protesto pela informação não estar
94 sendo divulgada a contento aos membros do CBH-BG, em especial aos interessados na
95 pauta. O Sr. Otto Sobral (Colônia de Pescadores Z-7) parabenizou a todos especialmente os
96 pescadores presentes e salientou que devido aos usos múltiplos dos espaços marinhos se
97 faz necessário a busca do entendimento de todos os seus atores, a troca de informações e
98 soluções quanto às atividades econômicas existentes na Baía da Guanabara de forma que
99 se chegue a um bom termo para todos os envolvidos. Agradeceu ao Sr. José Alexandre M.
100 Mota e aos técnicos do Gaema/MPRJ. Com a palavra, o Sr. Alexandre Anderson (Ahoma-
101 Associação Homens e Mulheres do Mar da Baía de Guanabara) destacou que preocupação
102 dos pescadores associados da pesca do fundo da Baía de Guanabara (20 comunidades



COMITÊ DA REGIÃO HIDROGRÁFICA DA BAÍA DE GUANABARA E DOS SISTEMAS LAGUNARES DE MARICÁ E JACAREPAGUÁ – CBH-BG

103 englobando sete municípios) é a de entender em qual contexto os pescadores se incluem
104 neste processo, além da preocupação com a sobrevivência. Sendo duas suas
105 preocupações centrais: a questão da contaminação dos pescados e a questão da migração
106 das comunidades de pescadores, que são forçadas a se deslocarem pela falta de pesca.
107 Solicitou que os estudos de impactos (de dragagem) sejam feitos de forma conjunta, com a
108 participação das comunidades tradicionais. O Sr. Roberto Machado (Instituto Rio Carioca),
109 por sua vez, acentuou ser necessário alcançar soluções pragmáticas para os problemas que
110 já foram encontrados, encontrando um equilíbrio entre o progresso e as questões
111 ambientais. Anunciou que a situação atual é de extensão de um problema que se iniciou na
112 BG e está se expandindo para a região oceânica, onde já se encontram praias poluídas. O
113 Sr. José Miguel da Silva (Eco Cidade), com a palavra, afirmou aguardar o Plano de Bacia da
114 Baía de Guanabara para que políticas públicas possam ser cobradas na área da proteção
115 dos recursos hídricos. A seu ver, o Inea adota um sistema de licenciamento por partes, o
116 que faz com que o efeito sinérgico dos impactos se perca. Defendeu a penalização a órgãos
117 públicos, sejam do Estado, sejam das prefeituras pela poluição da Baía de Guanabara,
118 sugerindo que se deveria cobrar às prefeituras o pagamento pela diluição do esgoto e ao
119 Inea pelo rompimento de eco barreiras que vazam lixo para a Baía. Destacou que o CBH-
120 BG não é sequer ouvido nos casos de licenciamento ambiental. Solicitou ao CBH-BG que se
121 dedique a criar uma Agência de Bacia para que o ele seja de fato um órgão de Estado, e
122 não um órgão de governo, como é hoje. Com a palavra, o Sr. Hamilton Hissa Pereira (Fiperj)
123 parabenizou o Inea e os órgãos responsáveis por suspenderem a barragem do Guapi-Açu
124 considerando os possíveis impactos, e utilizou como exemplo a dragagem da Baía de
125 Sepetiba que provocou um assoreamento grande na área, reduzindo a profundidade da
126 Baía e aumentando a contaminação dos peixes por metais pesados. Ele reconheceu a
127 lentidão do processo, porém, destacou que é necessário ter calma para que se mitigue as
128 consequências da melhor forma possível, já que a pressa pode gerar danos irreversíveis.
129 Solicitou que a Fiperj seja informada dos desdobramentos das ações por representar, junto
130 com os pescadores, o setor. Com a palavra, Sr. Otto Sobral, concluindo sua visão sobre o
131 ponto de bota-fora F, informou que, segundo análises, o descarte oceânico já era
132 impraticável naquela área devido às avaliações dos estudos apresentados com diversos
133 pontos de dúvidas (“anomalias”) pela empresa Interdragas, assim como, pela vistoria feita *in*
134 *loca* pelo mesmo, tendo sido confirmada a grande presença de vida marinha na região, tanto
135 que os pescadores em conjunto trabalharam incessantemente para evitar que os descartes
136 fossem feitos naquele local mais uma vez erradamente. Valorizou a obtenção de liminar pelo



COMITÊ DA REGIÃO HIDROGRÁFICA DA BAÍA DE GUANABARA E DOS SISTEMAS LAGUNARES DE MARICÁ E JACAREPAGUÁ – CBH-BG

137 MPRJ através da juíza Roseli Nanim. Ressaltou que a intenção não é apenas impedir, mas
138 ajudar a encontrar uma solução para a atual situação, a fim de se evitar o descarte em áreas
139 produtivas de pesca e desta forma enfatizou que diante das várias escolhas de áreas
140 anteriores para os descartes oceânicos (pontos A,B,C,D,E F), todas elas impactando
141 importantes áreas produtivas pesqueiras, sugeriu que nos estudos futuros propostos de
142 avaliação, monitoramento e prospecção dos espaços escolhidos pelo INEA para descartes
143 oceânicos, buscassem a participação e a parceria dos pescadores que comprovadamente
144 são profundos conhecedores dos espaços marinhos subaquático, de modo a evitar o
145 soterramento de parcséis, e conseqüentemente, os impactos negativos em seus territórios de
146 pesca. Com a palavra, o Sr. Alexandre Azevedo (Laboratório de Mamíferos Aquáticos e
147 Bioindicadores-Uerj) informou que estuda a população de botos-cinza da Baía de
148 Guanabara desde 1992 e que a situação de conservação desta população é extremamente
149 crítica sendo real o risco de extinção local, devido ao estado de conservação da Baía de
150 Guanabara, associado ao aumento do uso espacial e alteração do habitat, que aumenta os
151 conflitos homem-natureza. Acrescentou que a população de botos da Baía é extremamente
152 residente, ao contrário do que se pensava, e que o declínio populacional dos mesmos se
153 deu por mortalidade, e não por abandono de habitat. E segundo estudos feitos pelo
154 laboratório da UERJ, é possível observar que processos que ocorriam no início da década
155 de 1990 na Baía de Guanabara já estão se deslocando para outras áreas como a Baía de
156 Sepetiba, e os órgãos responsáveis não estão conseguindo garantir a conservação da
157 biodiversidade marinha no Estado do Rio de Janeiro. Informou que a Uerj, convidada pelo
158 Ibama para avaliar as espécies mamífero-aquáticos do Brasil, sugeriu que o boto-cinza
159 fosse inserido na lista de espécies ameaçadas da fauna brasileira, com *status* de vulnerável.
160 O Sr. Alexandre Azevedo parabenizou o Promotor José Alexandre M. Motta por este
161 considerar os impactos cumulativos e sinérgicos e destacou que o boto-cinza é apenas uma
162 das espécies ameaçadas, e se colocou à disposição do Comitê para tratar do assunto de
163 conservação do ambiente marinho no Rio de Janeiro. O Diretor-Secretário passou a palavra
164 ao Promotor José Alexandre M. Motta que informou que quanto à proposta de saneamento
165 dos rios ele recentemente apresentou o Sr. Alexandre Braga ao Promotor que trata dos
166 planos municipais de saneamento e que também faz a interface com o PDBG, e informou
167 que esta questão será levada pelo MPRJ ao CBH-BG. A fim de responder todos os
168 questionamentos feitos, o Sr. José Alexandre M. Motta destacou que a informação dada
169 pela Sra. Gláucia Freitas Sampaio o conforta por saber que o Inea, por precaução, mesmo
170 podendo autorizar os descartes, optou por suspender os descartes até que esteja concluída



COMITÊ DA REGIÃO HIDROGRÁFICA DA BAIÁ DE GUANABARA E DOS SISTEMAS LAGUNARES DE MARICÁ E JACAREPAGUÁ – CBH-BG

171 a AAI. Assim como a Sra. Gláucia Freitas, também ele e seu grupo GATE/MPRJ foi pego de
172 surpresa com o tema da reunião, não tendo tempo de fazer uma apresentação, e sugeriu
173 que na próxima reunião a pauta seja divulgada com maior antecedência. Propôs que na
174 próxima reunião do CBH-BG o Ministério Público Federal e o Ibama sejam convidados já
175 que há a possibilidade das atividades portuárias passarem para o licenciamento federal a
176 cargo do Ibama. Lembrou que, inclusive, há recomendação do MPF de que qualquer Termo
177 de Ajustamento de Conduta só seja firmado com a presença do Ibama. Respondendo à
178 pergunta do Diretor-Secretário do CBH-BG sobre quais propostas e questões são
179 vislumbradas pelo MPRJ, o Sr. José Alexandre M. Mota acentuou que a plenária por si só
180 demonstrou a percepção de vários segmentos, então, considerou relevante congregar todos
181 esses agentes, dar transparência em relação ao que está acontecendo no CBH-BG, tomar
182 medidas ativas, e trazer os municípios. Comunicou que antes de vir à plenária recebeu
183 solicitação de outros 03 promotores que manifestaram a intenção levar seus inquéritos ao
184 CBH-BG e dialogar. Se os três promotores estiverem presentes, destacou, se teria o PSAM,
185 o PDBG, e os sistemas lagunares da Baía de Guanabara e, assim, com esses temas a
186 proteção da Baía de Guanabara estaria fechada da melhor forma possível. Continuando em
187 suas propostas, o Sr. José Alexandre M. Mota, propôs a formação de um Grupo de
188 Trabalho, o CBH-BG ser um fórum de discussão pública com todos os atores, e reforço à
189 necessidade de participação do Comitê no licenciamento ambiental. O Sr. Alexandre Braga
190 ressaltou que todo o CBH-BG agradece o empenho do Ministério Público do Rio de Janeiro,
191 e informou a data da próxima reunião ordinária para 21 de agosto. E lembrou de órgãos e
192 entidades que poderão compor o GT proposto, p.ex., a Marinha, Docas, órgãos ambientais
193 que estão no CBH-BG, os coordenadores dos subcomitês, a PUC, o Lagemar/UFF, o
194 Laboratório da Uerj; e destacou que uma ponte muito sólida está sendo construída. O Sr.
195 Francisco Lago (Clube dos Caiçaras) informou sobre uma ação popular que impetrou na
196 década de 1970 impedindo o aterramento de grande área da Lagoa Rodrigo de Freitas
197 iniciada pelo governo do estado. Criticou a obra do Comperj advertindo que o vento Leste,
198 predominante no Rio de Janeiro, trará para a cidade, e para a Baía de Guanabara, toda a
199 poluição gerada no complexo petroquímico. Informou ao Promotor que enviou a ele e-mails
200 e anexos sobre os riscos de construção de arquibancadas na Lagoa Rodrigo de Freitas
201 visando as Olimpíadas de 2016. O Sr. José Alexandre M. Mota respondeu que protocolou
202 junto à Promotoria de Meio Ambiente da Capital, e foi instaurado um inquérito civil. O dado
203 novo foi que em reunião recente com o Diretor do Inepac, Sr. Paulo Vidal, este garantiu que
204 nenhum projeto neste sentido foi apresentado ao órgão, e que o Inepac não autorizaria de



COMITÊ DA REGIÃO HIDROGRÁFICA DA BAÍA DE GUANABARA E DOS SISTEMAS LAGUNARES DE MARICÁ E JACAREPAGUÁ – CBH-BG

205 forma alguma a obra, e confirmou que o espelho d'água da Lagoa Rodrigo de Freitas é
206 tombado. O Sr. José Miguel (Ecocidades) perguntou se os estudos do Gaema e do
207 Gate/MPRJ estão disponíveis para os membros do CBH-BG. O Promotor informou que
208 estão disponíveis em <http://rap.gov.br/>. O Diretor-Secretário indicou que o *link* será inserido
209 no *website* do CBH-BG. A Sra. Gláucia Freitas solicitou a palavra para informar que o
210 projeto da barragem de Guapi-Açu, também em função de uma mobilização social, foi
211 interrompido, está sendo revisto e está sendo aberta uma discussão para uma maior gestão
212 participativa e que, inclusive, a SEA já havia comunicado o fato ao CBH-BG. Sobre a
213 questão do saneamento, informou que o INEA tem estabelecido ligação direta com o
214 UEPSAM/SEA, que é o grupo responsável pelo saneamento dos municípios no entorno da
215 bacia hidrográfica da Baía de Guanabara. Inclusive, na Oficina de Planejamento do CBH-BG
216 realizada nestes últimos 02 dias foram feitas 05 grandes apresentações de nivelamento de
217 conteúdo aos membros do CBH-BG. Sobre o Sistema Lagunar de Jacarepaguá, informou
218 que há poucos dias foi feito o lançamento oficial do projeto de dragagem do Sistema
219 Lagunar, e que na ocasião do lançamento, ela e o Diretor-Geral do CBH-BG, Sr. Jaime
220 Azulay, estreitaram a relação com a empresa que vai realizar o estudo e se colocaram no
221 interesse de acompanhar o estudo o mais próximo possível, que é outra demanda do SC
222 Jacarepaguá. A Sra. Gláucia Freitas acrescentou que o Inea é proativo em muitas ações e
223 tenta participar o máximo possível desses encontros para pegar informações e nivelar a
224 todos. O Diretor-Secretário agradeceu o trabalho da equipe Geagua dentro do Inea
225 construindo pontes de diálogo e ação. Por fim, o Sr. Leonardo Bueno, da Fiocruz, solicitou
226 ao Diretor-Secretário a publicação, no *website* do CBH-BG, do estudo técnico sobre a
227 implementação da agência delegatária com funções de Agência de Água, elaborado pelo Sr.
228 Paulo Bidegain. E lembrou que a relação progresso e crescimento econômico não garante
229 necessariamente qualidade de vida e distribuição de renda, e que muitas vezes a oposição
230 ao progresso é uma defesa pela qualidade de vida dos pescadores, dos trabalhadores e,
231 sobretudo, de quem mais sofre as injustiças ambientais do modelo econômico no qual todos
232 vivemos. Como anfitrião, agradeceu a presença de todos. E não havendo nada mais a
233 tratar, o Diretor-Secretário deu por encerrada esta reunião às 16h40min, sendo a presente
234 ata lavrada por mim, Sandra Tosta Faillace, e que será apreciada pelo Diretor-Secretário, e
235 depois de aprovada, será assinada pelo Diretor-Geral, Sr. Jaime Teixeira Azulay e pelo
236 Diretor-Secretário do Comitê da Bacia Hidrográfica da Baía de Guanabara, Sr. Alexandre
237 Braga.

238



COMITÊ DA REGIÃO HIDROGRÁFICA DA BAÍA DE GUANABARA E DOS SISTEMAS LAGUNARES DE MARICÁ E JACAREPAGUÁ – CBH-BG

239
240
241
242
243
244
245
246
247
248
249
250
251
252
253
254
255
256
257
258
259
260
261
262
263
264
265
266
267
268
269
270
271
272
273
274
275
276
277
278
279
280

Jaime Azullay
Diretor-Geral

Alexandre Braga
Diretor-Secretário

LISTA DE PRESENÇA DE MEMBROS DO CBH-BG

Fiocruz: Leonardo Brasil Bueno (suplente); Fiperj: Hamilton Hissa Pereira (titular); INEA: Gláucia Freitas Sampaio (titular); Pref. Municipal de Cachoeira de Macacu: João Alberto Ribeiro (titular); Pref. Municipal de Magé: Leandro Vidal (titular) e Maria Aparecida de Resende (substituta); Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro: Alexandre de Bonis (titular); Nova Cedae: Jaime Teixeira Azullay (ausência justificada); Clube Naval: Carlos Buarque Viveiros (titular); Clube dos Caiçaras: Francisco Salles do Lago (titular); CCRON: Alexandre Carlos Braga (titular); IBG: Dora Hees de Negreiros (ausência justificada); UFF: Gilberto Tavares de Macedo Dias (titular); Associação Redes de Desenvolvimento da Maré: Alberto Aleixo de Souza (titular); Bicuda Ecológica: Rejany Ferreira dos Santos (titular); UFRJ: José Paulo Soares de Azevedo (suplente); CEASM: Carlos Alberto dos Santos Gonçalves (suplente) ABES-RJ: José Alfredo C. Sertã (ausência justificada); PUC-Rio: Luiz Alberto Cesar Teixeira (titular); Amar Barra: Claudio de Torres (suplente).

LISTA DE PRESENÇA DE CONVIDADOS

Geagua/Digat/Inea: Sandra Faillace, Alexandre Spíndola; AHOMAR: Alexandre Anderson; Instituto Rio Carioca: Roberto M. Oliveira; GATE/MPRJ: Roberto M. Oliveira, Abner, Vanessa Leão, Rodrigo Marra, João Ricardo Viégas; GAEMA/MPRJ: José Alexandre M. Mota; Maqua/UERJ: Alexandre Azevedo; Colônia Z-7: Otto Sobral; Spice Ind. Química Archroma: José Avelar; PMT/SMS/DVA/Vigisolo: Arlete S. Maia Nunes; Apedema-RJ: Markus S.W. Buazwik; Adefimpa: Clémio Sampaio; FNTTAA: David da Costa Villar Filho; Trama Ecológica: Daniel; Acedart: Rosayni Batalha; Brasil Rural: Rosany Batalha; Acampar-RJ: João Fernandes Lisbôa Neto; Rede CCAP: Flora Almeida; Ceasm: Ernesto Imbroisi; Prefeitura Municipal de Duque de Caxias: Edmilson de O. Batista; Prefeitura Municipal de Nova Iguaçu: Gertrudes Nogueira; Cedae: Ceres Santa Rosa; Ecocidade: José Miguel Silva.

LISTA DE PRESENÇA COORDENADORES DE SUBCOMITÊS

CCRON: Kátia Vallado.

15/07/2014 – VGC, revisado por STF.

Ata aprovada na 4ª Reunião Extraordinária em 21/08/2014.